

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



## TERMO DE REFERÊNCIA

### I – DO OBJETO

- 1.1** Refere-se o presente objeto, a **contratação de empresa especializada para realização de EQP (Estágio de Qualificação Profissional) para 20 Guardas Civis Municipais da Prefeitura de Angatuba, sendo 80 (oitenta) horas/aula com habilitação em pistola semiautomática 40SW com emissão e renovação de porte de arma de fogo expedido pela Polícia Federal**, atendendo as exigências de Lei Federal Nº 13.022/14, Lei Municipal Nº 2.016/2022, Matriz Curricular da SENASP, Portaria Nº 9 CGCSP/DIREX/PF/DF de 14 de abril de 2022 e Instrução Normativa Nº111/17 DGPF, as quais determinam meios e carga horária para a qualificação do GCM - Guardas Civis Municipais.
- 1.2** O objeto deste procedimento não é bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 601/2021.
- 1.3** O objeto desta contratação se enquadra na descrição de bens/serviços comuns, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por edital, por meio de especificações usuais do mercado conforme o disposto no art. 6º, XIII, da Lei n.º 14.133/21.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QTDE.	VALOR TOTAL
01	Contratação de Empresa especializada para realização de EQP (Estágio de Qualificação Profissional) para 20 Guardas Civis Municipais da Prefeitura de Angatuba, sendo 80 (oitenta) horas/aula com habilitação em pistola semiautomática 40SW com emissão e renovação de porte de arma de fogo expedido pela Polícia Federal.	Unid.	01	<b>R\$ 22.500,00</b>

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



**1.4** A elaboração de Estudo Técnico Preliminar (ETP) fica DISPENSADA, de modo que todo o estudo acerca da contratação se encontra pormenorizada neste instrumento, em conformidade com o art. 4º do Decreto Municipal nº 782/2024.

## **II – DO OBJETIVO, FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1** A aquisição do objeto mencionado, o curso de EQP (Estágio de Qualificação Profissional), se faz extremamente necessário para a adequação dos GCM – Guardas Civis Municipais do Município de Angatuba, em especial junto a Polícia Federal referente ao porte de arma de fogo, tendo em vista as exigências de Lei Federal Nº 13.022/14, Lei Municipal Nº 2.016/2022, Matriz Curricular da SENASP, Portaria Nº 9 CGCSP/DIREX/PF/DF de 14 de abril de 2022 e Instrução Normativa Nº111/17 DGPF, as quais determinam meios e carga horária para a qualificação do GCM.

**2.2** Para renovação de convênio com os municípios, é exigência da Polícia Federal a realização do EQP (Estágio de Qualificação Profissional) de no mínimo 80 (oitenta) horas/aula, sendo 20 (vinte) horas de armamento e tiro, anualmente, para a expedição do porte de arma de fogo para os guardas municipais.

**2.3** O EQP (Estágio de Qualificação Profissional) é uma formação obrigatória para guardas municipais que possuem porte de arma de fogo institucional, objetivando capacitar os agentes para que atuem de forma eficiente, respeitando a legalidade, proporcionalidade e necessidade da utilização de armas de fogo em suas atuações.

**2.4** Tal contratação visa obter uma corporação treinada e preparada para atuar no município de Angatuba, em especial no porte e manuseio de armas de fogo, visando ainda o fortalecimento da segurança pública, bem como trazendo qualidade de vida a população.

**2.5** A formação da EQP (Estágio de Qualificação Profissional) objetiva: Aprimorar o desempenho dos guardas municipais; Melhorar a aplicação do Direito; Desenvolver habilidades operacionais; Capacitar os guardas para usar e manusear armas e equipamentos

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



de defesa pessoal; Padronizar a conduta dos guardas municipais; Desenvolver o perfil profissional dos guardas municipais.

**2.6** Tal contratação deverá contemplar a Matriz Curricular do SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública, o qual deverá incluir na grade ofertada, conteúdos teóricos e práticos, das disciplinas abaixo discriminadas:

- Ética, Direitos Humanos e Cidadania
- Legislação
- Noções Básicas de Primeiros Socorros (APH)
- Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)
- Apropriação do Espaço Público
- Violência e Segurança Pública
- Uso legal e progressivo da força
- Defesa pessoal
- Armamento e tiro.

**2.7** Cada Guarda Municipal realizará 44 disparos com pistola semiautomática e munição calibre .40sw nova para emissão de laudo, 50 disparos com munição calibre .40sw para treinamento de pistola semiautomática.

**2.8** Ademais, essa prestação de serviço não apenas trará economia para o município, mas também contribuirá para a segurança dos cidadãos e a eficiência dos agentes de segurança pública, tornando tal contratação indispensável para a melhoria contínua das operações de segurança urbana no município de Angatuba.

**2.9** A contratação visa contemplar as aulas teóricas das matérias discriminadas no item 2.6, com exceção na proposta do Instrutor de Tiro, este que será disponibilizado através do Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2024 entre a Prefeitura do Município de Angatuba e a Prefeitura do Município de Campina do Monte Alegre.

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



**2.10** As aulas teóricas serão ministradas pela empresa vencedora do certame no Município de Angatuba, ficando a encargo da empresa o fornecimento de todo material didático necessários e demais materiais e outros que se façam necessários para ministração da parte teórica, conforme item 2.6.

**2.11** A empresa vencedora do certame irá disponibilizar as munições originais de fábrica, munições recarregadas e alvos para as aulas de tiro, onde as aulas práticas de tiro, serão ministradas por Instrutor através do Termo de Cooperação Técnica n.º 001/2024 entre a Prefeitura do Município de Angatuba e a Prefeitura do Município de Campina do Monte Alegre.

## **III – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**3.1** A contratação do EQP (Estágio de Qualificação Profissional) visa a regularização do porte de armas de fogo dos GCM da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito juntamente a Polícia Federal, órgão este que emite os laudos necessários para tal documentação, aliados a necessidade de capacitação destes GCM, visando a melhoria dos serviços prestados à população por estes funcionários, contribuindo na integração e fortalecimento da segurança pública municipal, como também, atendendo às disposições legais e fundamentais pertinentes ao porte de armas de fogo.

## **IV – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA-ESPECIFICAÇÕES, PRAZOS, LOCAL**

**4.1** A capacitação teórica ocorrerá no município de Angatuba, onde a empresa vencedora do certame, deverá comparecer ao município no local, data e hora previamente acordados para ministrar as aulas teóricas.

**4.1.1** Afim de atender a necessidade da municipalidade, as aulas teóricas deverão ocorrer em no mínimo duas datas distintas, visando o comparecimento de todo quadro de GCM do município.

**4.1.2** Ficará a encargo da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito definir as datas, local e horário para que ocorram as aulas teóricas.

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



**4.1.3** As aulas práticas, ou seja, as aulas de tiro, ocorrerão nas dependências do stand de tiros da empresa vencedora do certame, no qual é de encargo da mesma o fornecimento de toda a munição necessária para tal.

**4.1.4** A definição das aulas práticas de tiro, conforme as aulas teóricas, deverão ocorrer no mínimo em duas datas distintas, visando atender todo o quadro de GCM do município.

**4.1.5** Ficará a encargo da Secretaria de Segurança Pública e Trânsito acordar e/ou aceitar as datas, local e horário para que ocorram as aulas práticas de tiro, definidas pela contratada.

**4.2** O Estágio de Qualificação Profissional está condicionada a exigências estabelecidas no contrato de prestação de serviço, bem como, em conformidade com este Termo de Referência, todas as premissas previstas na Lei nº 14.133/21 e no Código de Defesa do Consumidor, em tudo o que couber.

**4.3** O EQP (Estágio de Qualificação Profissional), deverá atender a Matriz Curricular do SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública, em especial o descrito no item 2.6.

**4.4** A prestação deste serviço, será assistida pelo funcionário designado como responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

**4.5** A qualificação poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.6** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato

## **V – GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

**5.1** Não haverá exigência da garantia da contratação prevista no art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



## VI – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

**6.1** A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade do equipamento/serviço;

**6.2** Após a conferência do equipamento/serviço efetuado e aprovado com as exigências acerca da qualidade do equipamento/serviço atendido, será liberada a medição em uma única vez, da aquisição/serviço prestado.

**6.3** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional a irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a contratada:

**6.4** Não produziu os resultados acordados;

**6.5** Deixou de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**6.6** Deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução e/ou aquisição do equipamento/serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior a demandada.

**6.7** Caberá à CONTRATADA apresentar, juntamente com as notas fiscais, os comprovantes atualizados de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviços (FGTS), e Certidão negativa de Débitos Federal, sob pena de suspensão do pagamento.

**6.8** A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do contrato, que, a critério do Município de Angatuba-SP, se façam necessários, ou a supressão além desse limite, mediante acordo entre as partes, conforme disposto nos artigos 124 e 125 da lei 14.133/2021.

## VII – DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

**7.1** A gestão do contrato caberá ao Secretário **Adules Cerejo Dias**.

**7.2** A fiscalização será exercida por **Everton Augusto Looze dos Santos**, sendo o fiscal suplente **Pedro Ricardo Paulo**, formalmente designados para o acompanhamento da

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



contratação e entrega dos serviços, bem como para atestar o recebimento provisório e definitivo;

**7.3** Aos servidores investidos na função de fiscal, especialmente designados pela Administração, compete:

**7.3.1** Exercer de modo sistemático a fiscalização e o acompanhamento da execução da contratação, objetivando verificar o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos;

**7.3.2** Solicitar à CONTRATADA a substituição do objeto, que apresente defeito insanável durante seu uso, durante o prazo de garantia, cujo prazo será de 12 (doze) meses;

**7.3.3** Anotar em registro próprio, comunicando ao preposto da CONTRATADA as irregularidades constatadas, informando prazo para sua regularização, propondo à Administração, quando for o caso, a aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente.

**7.4** As decisões e providências que ultrapassarem a competência da fiscalização da contratação serão submetidas à apreciação da autoridade superior da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito para adoção das medidas cabíveis, consoante ao disposto no art. 117, §§ 1º e 2º, da Lei nº 14.133/2021;

**7.5** Exigências da fiscalização, respaldada na legislação aplicável, no TR, deverão ser imediatamente atendidas pela CONTRATADA;

**7.6** O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA ensejará a aplicação de sanções administrativas, conforme a legislação vigente;

**7.7** A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer irregularidade;



**7.8** A fiscalização do contrato será auxiliada pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

## **VIII – DO PAGAMENTO**

### **8.1 Liquidação**

**8.1.1.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais dos documentos, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do empenho e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução dos serviços;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.1.2.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.1.3.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, social e trabalhista constatada por meio da documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021;

**8.1.4.** Constatando-se situação de irregularidade na aquisição/serviço, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 10 (dez) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.



**8.1.5.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.1.6.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.1.7.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do empenho/contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

## **8.2 Prazo do pagamento**

**8.2.1.** A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA após a realização dos serviços, em uma única vez, **em até 30 (trinta) dias consecutivos**, após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura correspondente, caso haja a aceitabilidade do equipamento/serviço, cabendo a contratada comprovar sua regularidade fiscal conforme solicitado para a habilitação Aviso de Contratação Direta;

**8.2.2.** Ocorrendo erros na apresentação dos documentos fiscais, será solicitada à CONTRATADA imediata correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento somente será contado a partir da data da regularização;

**8.2.3.** O órgão poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações;

**8.2.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento;



**8.2.5.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

### **8.3 Forma de pagamento**

**8.3.1.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**8.3.2.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**8.3.3.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**8.3.3.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**8.3.4.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **XI – FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.1** O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei nº

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta **menor preço**.

**9.2** As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira são usuais para a generalidade dos objetos, conforme abaixo:

**9.2.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));
- b) Certidão de Regularidade Junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, supervisionado pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça); e
- c) Relação de Apenados mantida pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apanados>).

**9.2.1.1.** Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “a”, “b” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>), visto que esse abrange o cadastro no CNJ, do CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP do Portal da Transparência.

**9.2.1.2.** Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

**9.2.1.3.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



## 9.3. Habilitação jurídica

**9.3.1.** Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.3.2.** Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.3.3.** Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI;

**9.3.4.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.5.** Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

**9.3.6.** Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**9.3.7.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

**9.3.8.** Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia



que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**9.3.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.**

#### **9.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**9.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas** ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**9.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos a Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**9.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);**

**9.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**9.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou municipal**, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**9.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, do domicílio ou sede do



fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

**9.4.7. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre, mediante as certidões negativa de débitos e negativa de dívida ativa;

**9.4.8.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**9.4.9.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

## **9.5. Qualificação Econômico-financeira**

**9.5.1. Certidão negativa de falência** expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, nos termos do artigo 69, caput, inciso II da Lei 14.133/2021;

## **9.6. Qualificação Técnica**

**9.6.1.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares/equivalentes ou superiores com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**9.6.2.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**9.6.3.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias a comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte a contratação, endereço atual da contratante e local em que foi

# PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ANGATUBA



executado o objeto contratado, dentro outros documentos.

## **X – ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**10.1** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 22.500,00** (vinte dois e quinhentos reais), conforme Nota Técnica – Relatório da Pesquisa de Preços.

## **XI – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** Os recursos destinados à execução deste objeto correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

### **02.12.01 – Segurança Pública e Trânsito**

**Fonte de recurso:** 1 – Recursos do município

**Natureza de despesa:** 3.3.90.39.00

**Classificação funcional:** 04.122.0027.2.034

**Dotação:** 179

Angatuba/SP, 07 de abril de 2025

Responsável pela Elaboração da Demanda:

**EVERTON AUGUSTO LOOZE DOS SANTOS**  
Corregedor / Guarda Civil Municipal

De acordo:

**ADULES CEREJO DIAS**  
Secretário de Segurança Pública e Trânsito